



Exmo. Senhor
Deputado Luís Graça
Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura,
Comunicação, Juventude e Desporto

Palácio de São Bento, 9 de outubro de 2023

Assunto: Audição do Senhor Diretor do Palácio Nacional da Ajuda – Museu do Tesouro Real – Biblioteca da Ajuda

Senhor Presidente,

Foram recentemente aprovados dois decretos-lei (o Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro e o Decreto-Lei n.º 79/2023, da mesma data) que introduzem alterações substanciais ao quadro legislativo que enquadra e regula as instituições culturais portuguesas.

O primeiro destes diplomas procede à criação do Património Cultural, I. P., competindo-lhe salvaguardar o património arquitetónico, arqueológico e imaterial, classificado ou em vias de classificação, sob tutela da área governativa da cultura.

O novo organismo ficará incumbido de atribuições em matéria de salvaguarda e conservação dos bens patrimoniais classificados ou em vias de classificação, bem como da elaboração de planos e projetos para intervenções no âmbito do património cultural, estando-lhe afetos os monumentos nacionais de maior relevância histórica, designadamente sés, mosteiros e conventos.



O segundo diploma cria uma entidade pública empresarial designada Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E., sucedendo à Direção-Geral do Património Cultural na conservação, restauro, proteção, valorização e divulgação das coleções nacionais e do património cultural móvel, ficando-lhe atribuída a gestão dos museus, monumentos e palácios nacionais.

Estas alterações legislativas têm vindo a ser justificadas pela necessidade de introduzir práticas de gestão inovadoras nos museus, monumentos e palácios, conferindo-lhes maior autonomia funcional, assegurando uma eficiente gestão dos recursos e valorizando o seu elevado potencial nos planos cultural, educativo, científico e turístico.

Tendo a Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto especiais responsabilidades no acompanhamento destas questões, é fundamental ouvirmos os responsáveis por instituições e organismos culturais que ficarão abrangidos pelo novo quadro legislativo. Importa registar como acolheram estas alterações estruturais, que expectativas manifestam e as eventuais reservas que lhes suscitem.

Esta auscultação justifica-se igualmente para a indispensável aferição, junto destes responsáveis dos organismos culturais, da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), financiado pela União Europeia até 2026. Na área da cultura, o PRR dispõe de 243 milhões de euros para investimentos, a cargo do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural e do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais.

No âmbito específico da salvaguarda do património, está previsto um investimento global de 150 milhões de euros para requalificar equipamentos culturais classificados e simultaneamente adaptar estas instalações às novas exigências da transição climática, cada vez mais prementes.

Pelos motivos expostos, e reafirmando a necessidade de serem ouvidos diversos responsáveis pela gestão do nosso património histórico e cultural, atribuímos prioridade ao depoimento do Diretor do Palácio Nacional da Ajuda – Museu do Tesouro Real – Biblioteca da Ajuda, Dr. José Alberto Ribeiro, precisamente pela tripla dimensão desta relevante instituição cultural, que é simultaneamente museu, monumento e palácio nacional.



Neste sentido, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal vem requerer a V. Exa. que providencie a audição do Senhor Diretor do Palácio Nacional da Ajuda – Museu do Tesouro Real – Biblioteca da Ajuda.

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Patrícia Gilvaz

Bernardo Blanco

Carla Castro

Carlos Guimarães Pinto

Joana Cordeiro

João Cotrim Figueiredo

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha

